

CPI - Orçamento Em Brasília, até computador perde a memória

19 NOV 1993

GAZETA MERCANTIL

por José Casado
de São Paulo

Há um excesso de dinheiro nos salões do poder, em Brasília. E isso tem provocado problemas de memória.

No Congresso, por exemplo, virou rotina a amnésia quando se trata de muito dinheiro de origem questionável.

Aconteceu ontem com o deputado José Geraldo (PMDB-MG), ao depor na CPI da Corrupção. Ele esqueceu da "Flores Alegres".

"O senhor reafirma que não se lembra de ter comprado a fazenda 'Flores Alegres' em Januária, Minas Gerais?", insistiu o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI.

"Sim, não me lembro de ter comprado essa fazenda."

"Pois tenho aqui um cheque de 17 de maio de 1990, o senhor confirma a sua assinatura?", disse Magalhães, mostrando-lhe o cheque.

"O cheque é meu sim ...", respondeu.

"Esta CPI fez o rastreamento e comprovou que este cheque seu pagou a fazenda, cuja escritura e outros documentos cartoriais estão todos em seu nome", devolveu o relator.

Desde que passou a cuidar do Orçamento Geral da União, o mineiro José Geraldo ampliou seu patrimônio para US\$ 5 milhões, co-

mo pessoa física, segundo dados da CPI. Boa parte, ele esqueceu de declarar ao Fisco, como admitiu à comissão.

Assim como não se recordou de ter recebido depósitos de cerca de US\$ 600 mil, conforme os extratos entregues pelo Banco Central. E sequer de quantas e quais são suas empresas — beneficiárias das emendas para obras e subvenções que ele apresentou ao orçamento público de 1989 a 1992.

Cuidou de só não esquecer da sua hipoglicemia: antes de ir, telefonou ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), pedindo autorização para comer biscoitos doces, de duas em duas horas. Passarinho fez mais — mandou servir-lhe um pedaço de rapadura, alimento típico do Nordeste, região onde memória fraca é chamada de "memória de galo".

Não se trata de um caso isolado. O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) não se lembrou dos cheques que recebeu do deputado Generaldo Correia (PMDB-BA), que terá de explicar a origem de US\$ 2 milhões na sua conta, e depoimento marcado para hoje.

Da mesma forma, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) não registrou em suas reminiscências os cheques que recebeu do deputado João Alves

(Continua na página 10)

do.

Em Brasília até...

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

(PPR-BA), principal acusado de corrupção com emendas ao orçamento até agora.

E o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) não guardou vestígio de lembrança sobre parlamentares fazendo emendas que "doavam" dinheiro público a empreiteiras e entidades "sociais".

As contas de Fiúza, relator do Orçamento/1992 que, depois, executou em parte como ministro da Ação Social do governo Fernando Collor de Mello, chegaram a provocar, ontem, problemas na memória do computador 486 DX utilizado pela subcomissão de assuntos bancários da CPI da Corrupção.

Um computador desse porte tem capacidade para processar até 40 milhões de informações por segundo. As emendas de Fiúza por ele executadas — ou seja, aquelas para as quais houve efetiva liberação de dinheiro — provocaram uma pane no computador, cuja capacidade de memória teve de ser duplicada.

Nos humanos, explica o psiquiatra Antonio Carlos Cesarino, da Universidade de São Paulo, "esquecimento é coisa normal, já amnésia é uma coisa patológica."

A patologia registra dois tipos clássicos de amnésia — a retrógrada, em que um acidente pode, por exemplo, levar uma pessoa a esquecer fatos do período anterior, e a anterógrada, na qual o acidentado não fixa outros fatos que não sejam os anteriores aos do acidente.

É impossível dizer se o conceito médico de amnésia se aplica aos parlamentares que andam se esquecendo da origem de seu dinhei-

ro, quando questionados na CPI, observou o psiquiatra, em conversa com o editor assistente Sérgio Leopoldo Rodrigues.

O padrão de normalidade, acha o psiquiatra, estaria no esquecimento de pequenos depósitos bancários. Para congressistas com salário mensal líquido equivalente a US\$ 3 mil, em outubro, o primeiro e todos os demais grandes depósitos seriam, para sempre, inescrutáveis.

A menos que seja uma estratégia de defesa. "É possível", comenta o experiente advogado Saulo Ramos, "pois no processo punitivo o acusado tem direito, inclusive, de mentir para se defender". Mas é uma estratégia típica "de quem já se considera réu", diz.

O deputado José Geraldo, que ontem se esqueceu de depósitos de até US\$ 500 mil, pertence ao círculo dos mais influentes em Brasília, governada por Joaquim Roriz (PP) que, na semana passada, não conseguiu se lembrar de depósitos de até US\$ 1,6 milhão encontrados pela CPI na sua conta bancária.

"Brasília se tornou um núcleo de pessoas ricas", observa Maria Cecília Prates Rodrigues, professora da Fundação Getúlio Vargas (Rio), autora de um estudo sobre "Os pobres e os ricos do Brasil", com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE.

Ela conta que ficou surpresa quando fez uma estratificação da População Economicamente Ativa (PEA). Especialmente, quando chegou à composição final do quadro dos 20% mais pobres e dos 10% mais ricos do País, por estados e regiões.

"Os dados da PNAD mos-

tram que os 10% mais ricos do Distrito Federal têm uma renda média equivalente a 40,6 salários mínimos por mês, em valores de setembro. Enquanto os 10% mais ricos de São Paulo têm uma renda média de 29 salários mínimos mensais", diz.

O estudo, publicado na Revista da Fundação Getúlio Vargas, abriu um debate no meio acadêmico que está estimulando a aprofundar a pesquisa. "Ela é feita sobre a PNAD que capta o rendimento declarado das pessoas físicas, mas ainda não deu para explicar por que Brasília, que não produz nada, aparentemente tem mais ricos que São Paulo, o centro da produção nacional", acrescenta.

A hipótese mais provável, ela acha, está na concentração de uma elite no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, proporcionalmente mais ampla que em outras regiões. "Vamos aprofundar, mas já sabemos que, pelo critério do rendimento declarado, do qual 80% é sa-

lário, não há dúvida, Brasília é um pólo de riqueza."

É mais que isso, pondera um dos mais experientes em administração federal, o ex-ministro e deputado Antonio Delfim Netto: "Em Brasília existe e funciona uma rede de parentescos para perpetuação no poder que deixaria perplexo o antropólogo francês Lévi-Strauss", referindo-se ao teórico das estruturas familiares e relações sociais nas sociedades primitivas brasileiras.

Com uma "tribo" urbana, a sede do poder central abriga uma elite que se casa e se reproduz dentro dela mesma — um tipo de comportamento chamado "endogamia", na classificação científica, que o Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília começou a estudar.

As provas já acumuladas pela CPI da Corrupção demonstram que a acumulação da riqueza nessa "tribo" ocorre na mesma velocidade em que aumenta o déficit nos cofres públicos.

Agenda

Ontem

Câmara

Sessão de debates — não houve votação

Senado

Sessão ordinária — aprovação do projeto do Executivo que cria a profissão de agente de portaria. Adiada, por falta de quórum qualificado, a votação do projeto do senador Pedro Simon que acaba com o sigilo bancário para presidente da República, senadores, deputados, ministros e dirigentes partidários.

Congresso Nacional.

Não houve sessão
CPI do Orçamento — depoi-

mento do deputado José Geraldo (PMDB-MG).

Hoje

Câmara

Sessão de debates — não haverá votação

Senado

Sessão ordinária, a partir das 9 horas — Na pauta, projeto do senador Pedro Simon que acaba com o sigilo bancário de presidente da República, senadores e deputados, ministros e dirigentes partidários.

Congresso Nacional

Não haverá sessão
CPI do Orçamento — depoimento do deputado Generaldo Correia (PMDB-BA)